

O CONCEITO DE CURRÍCULO ESCOLAR NA VISÃO DAS DOCENTES DE UMA ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE PELOTAS.

VANESSA SILVA DA SILVA¹; MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO²

¹UFPEL– *vaneguinh@hotmail.com*

² UFPEL/FAE– *cossiofatima13@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho traz a análise dos dados de uma pesquisa de especialização que buscou um aprofundamento teórico-reflexivo acerca da concepção de currículo escolar dos docentes de uma escola estadual do município de Pelotas, bem como a relação de conhecimento e poder do currículo documental e oculto diante da perpetuação dos papéis sociais secularmente atribuídos as diferentes classes e movimentos sociais dentro das instituições escolares, suas práticas pedagógicas tradicionais e conservadoras no interior destas, que explicitam as intencionalidades pedagógicas frente a formação do cidadão.

Para iniciar a construção de um conceito de currículo, podemos nos ancorar na etimologia da palavra currículo, que nos remete a ideia de percurso, trajetória. Corroborando com o termo etimológico da palavra currículo e acrescentando dimensões espaciais, temporais, socioculturais e subjetivas (SILVA, 2011, p. 150) pontua que o currículo é "lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade".

Diante desta premissa, devemos rever a forma restrita que percebemos e concebemos currículo dentro dos ambientes escolares, como uma simples listagem de conteúdos disciplinares a serem aplicados ao longo de um ano letivo, deixando de ser levado em conta o seu aspecto político e social, bem como a sua fundamental relevância dentro das construções identitárias dos estudantes. A prática pedagógica percebida durante a pesquisa se difere do conceito de currículo, apontado por Silva (1996) "O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais (p. 23).

Nesse sentido, Sacristan (2000) afirma que currículo é: "um projeto seletivo de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurado" (p 36) o que amplia os horizontes conceituais relativos à importância do currículo escolar, dentro da construção social de escola que almejamos (SACRISTAN, 2000).

Cossio nos alerta para pensarmos que "um projeto curricular remete a um projeto educacional que, por sua vez, revela, implícita ou explicitamente, um projeto de nação" (COSSIO, 2014, p 1573). Sendo assim, pode-se afirmar que os currículos escolares estão entrelaçados com o projeto de sociedade que se busca consolidar, visto que, as relações de poder estabelecidas contribuem com a ideia

de que o currículo não é imparcial, vindo a ser um instrumento ideológico e político fundamental para a manutenção das estruturas sociais.

2. METODOLOGIA

Para compreender melhor o entendimento que as docentes tem sobre currículo escolar, optou-se por uma estratégia que se filia à perspectiva da pesquisa qualitativa, tendo em vista que esta abordagem permite trabalhar com os significados, motivos, aspirações, crenças e valores dos sujeitos da pesquisa (MINAYO, 2004). Constituíram-se em sujeitos da pesquisa as docentes dos anos iniciais e finais da educação básica, atuantes no quadro de funcionários da instituição em questão, durante o ano letivo de 2015. Para a obtenção de informações foram utilizados como instrumentos de coleta de dados um questionário misto e a análise documental do PPP, dos PEs individuais e do PE da unidade. Para o estudo dos dados obtidos, realizou-se a análise temática, fundamentada em Minayo (2004), que “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 2004, p. 209) e análise documental alicerçada nos estudos de Cellard (2008).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Averiguando os dados levantados, percebeu-se que 72% das professoras respondentes restringiram o conceito de currículo a listagem de conteúdos, considerando-o como um conjunto de conhecimentos a serem ensinados dentro de um tempo determinado, visando atingir objetivos específicos diante dos objetivos traçados pelos PEs.

Esta compreensão sobre currículo está relacionada à forma como a escola se configurou ao longo do tempo, moldada em uma base tradicional de ensino-aprendizagem, tendo sido reafirmada pela estrutura de elaboração dos documentos oficiais referentes a educação brasileira, como as diretrizes curriculares nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais que pautam-se no conteúdo disciplinar como ideia de currículo escolar. Nesta base epistemológica de educação o objeto de estudo é percebido com objetividade, passível de ser transmitido pelo professor e absorvido pelo aluno que, passivamente, recebe o conteúdo. Em relação à relevância que as docentes destacam quanto aos conteúdos lecionados, percebe-se que 61% os consideram muito importantes para a formação crítica do educando, todavia quando consultados os comentários estes denotam uma preocupação única com o saber conteudista e do saber fazer referente ao mundo do trabalho.

Percebe-se que os documentos oficiais da instituição reafirmam o conceito que as docentes tem sobre o que vem a ser o currículo da escola. Embora os textos sejam pautados em uma educação emancipadora, ambos os documentos acabam por restringir o currículo em uma listagem de conteúdo, enfatizando somente o saber, sem dar conta das demais dimensões do conhecimento, o saber fazer e o saber ser. O currículo restrito aos conteúdos programáticos fragmenta de tal forma conhecimento escolarizado que acaba por desassociá-lo do seu uso real, o que vem a causar, como citado por algumas docentes, uma sensação de pouca relevância ao que se está lecionando e para os educandos um sentimento de ter que cumprir deveres para obter um produto final, seja ele uma nota ou parecer favorável, sem conseguir perceber uma razão maior dessas aprendizagens para sua vida.

4. CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi o de compreender as concepções que as docentes da escola, da qual faço parte, têm sobre currículo escolar. Neste enfoque, foram coletados e analisados dados, bem como realizadas diversas leituras, com o intuito de ampliar o olhar sobre o que se pensa em relação a currículo e como este se faz diante das diversas relações estabelecidas dentro do ambiente escolar.

Ao longo do trabalho procurou-se dialogar com autores que subsidiassem questões pertinentes sobre a temática e que fornecessem argumentos para analisar o conteúdo dos discursos das docentes e dos documentos oficiais que regem a instituição. Isto possibilitou obter as informações que foram ao encontro do objetivo da pesquisa, chegando ao conceito comum sobre o que as docentes pensam sobre currículo escolar e a participação na sua construção.

Constatou-se que a maioria das docentes possuem uma concepção restrita de currículo, o elencando como listagem de conteúdos, desconsiderando seu aspecto político e de formador de identidades. A análise dos documentos oficiais da instituição corroboraram com esse pensamento e, embora se constituam dentro de discursos de uma educação emancipadora, em sua metodologia, acaba por reduzi-lo a uma grade curricular disciplinar.

Torna-se restritivo pensar o currículo como lista de conteúdo, visto que, se percebe o espaço de poder que este instrumento possui. Quem define o currículo, seja pelas Diretrizes da educação ou pelas orientações da Coordenadoria Regional de Educação ou ainda pelos próprios sumários dos livros didáticos, sempre o molda para atender a um tipo de sociedade pretendida, todavia as docentes exercem relações de legitimação ou contra argumentação destes pressupostos, já que tem autonomia intelectual de elaborar e transpor didaticamente tais conhecimentos.

Percebê-lo em seu aspecto mais amplo é considerá-lo como instrumento poderoso de transformação social, pois sendo um território político e formativo, o currículo pode ser fundamental para a concepção de uma identidade cultural pautada na igualdade de direitos e na justiça social. Este deve ser um local em que as docentes possam exercer o caráter intelectual de sua profissão, através da discussão e efetiva participação na construção curricular, para que suas práticas dentro da escola possibilitem aos alunos uma formação mais democrática e participante.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CÓSSIO, Maria de Fátima. **Base comum nacional: uma discussão para além do currículo**. Revista e-Curriculum (PUCSP), São Paulo, Brasil. v. 12, n.03. p. 1570 -1590, out/dez, 2014. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em: 01 de novembro de 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. -3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p 156 .